



## Câmara Municipal de Varginha

Requerimento Nº 127/2022

Exma. Sra. Presidente da Câmara Municipal de Varginha.

**APROVADO POR UNANIMIDADE.**

Em única discussão e votação.

Oficie-se de acordo com o requerimento.

Varginha, 22 / 06 / 2022

Presidente da Câmara

O Vereador que abaixo subscreve, vem na forma regimental, após ouvir o douto plenário desta egrégia Casa Legislativa, REQUERER de Vossa Excelência que oficie ao Senhor Prefeito Municipal, **solicitando informações acerca da política remuneratória dos profissionais que exercem atividades de agente comunitário de saúde e de agente de combate às endemias:**

1 – O Governo Federal já efetuou o repasse correspondente ao valor do piso salarial dos profissionais que exercem atividades de agente comunitário de saúde e de agente de combate às endemias, recentemente fixado pela Emenda Constitucional nº 120, de 05 de maio de 2022?

2 – Em caso afirmativo, qual a previsão para o pagamento do novo piso aos profissionais?

### JUSTIFICATIVA

No último dia 05, o Congresso Nacional promulgou a Emenda Constitucional 120, que trata da política remuneratória e da valorização dos profissionais que exercem atividades de agente comunitário de saúde e de agente de combate às endemias.

Iniciativa que vai ao encontro da importância da função exercida por esses profissionais para a preservação e manutenção da saúde pública que se tornou ainda mais evidente durante as fases mais críticas da pandemia causada pelo coronavírus.

A emenda constitucional estabelece um piso salarial nacional de dois salários mínimos a categoria e também prevê adicional de insalubridade e aposentadoria especial, devido aos riscos inerentes às funções desempenhadas.





## Câmara Municipal de Varginha

Conforme o texto da emenda, os vencimentos dos agentes serão pagos pela União e os valores para esse pagamento serão consignados no Orçamento Geral com dotação própria e específica.

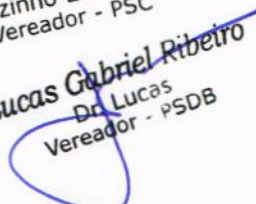
Assim, diante desse novo constitucional, torna-se necessária a propositura do presente Requerimento para informar os referidos agentes que aguardam o pagamento do novo piso salarial.

**Sala das sessões da Câmara Municipal de Varginha, em 22 de junho de 2022.**

  
**EDUARDO B. OTTONI FILHO "Dudu Ottoni"**  
Vereador

  
**Marco Antônio de Souza**  
Marquinho da Cooperativa  
Vereador - REPUBLICANOS

  
**João Martins Ribeiro**  
Joãozinho Enfermeiro  
Vereador - PSC

  
**Lucas Gabriel Ribeiro**  
Dr. Lucas  
Vereador - PSDB

**Requerimento Nº 127/2022**





**Presidência da República**  
**Casa Civil**  
**Subchefia para Assuntos Jurídicos**

**EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 120, DE 5 DE MAIO DE 2022**

Acrescenta §§ 7º, 8º, 9º, 10 e 11 ao art. 198 da Constituição Federal, para dispor sobre a responsabilidade financeira da União, corresponsável pelo Sistema Único de Saúde (SUS), na política remuneratória e na valorização dos profissionais que exercem atividades de agente comunitário de saúde e de agente de combate às endemias.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 198 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 7º, 8º, 9º, 10 e 11:

"Art. 198. ....

§ 7º O vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias fica sob responsabilidade da União, e cabe aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer, além de outros consectários e vantagens, incentivos, auxílios, gratificações e indenizações, a fim de valorizar o trabalho desses profissionais.

§ 8º Os recursos destinados ao pagamento do vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias serão consignados no orçamento geral da União com dotação própria e exclusiva.

§ 9º O vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias não será inferior a 2 (dois) salários mínimos, repassados pela União aos Municípios, aos Estados e ao Distrito Federal.

§ 10. Os agentes comunitários de saúde e os agentes de combate às endemias terão também, em razão dos riscos inerentes às funções desempenhadas, aposentadoria especial e, somado aos seus vencimentos, adicional de insalubridade.

§ 11. Os recursos financeiros repassados pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para pagamento do vencimento ou de qualquer outra vantagem dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias não serão objeto de inclusão no cálculo para fins do limite de despesa com pessoal." (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, em 5 de maio de 2022

Mesa da Câmara dos Deputados	Mesa do Senado Federal
Deputado ARTHUR LIRA Presidente	Senador RODRIGO PACHECO Presidente
Deputado MARCELO RAMOS 1º Vice-Presidente	Senador VENEZIANO VITAL DO RÊGO 1º Vice-Presidente
Deputado ANDRÉ DE PAULA 2º Vice-Presidente	Senador ROMÁRIO 2º Vice-Presidente

Este texto não substitui o publicado no DOU 6.5.2022

Deputado LUCIANO BIVAR 1º Secretário	Deputada MARÍLIA ARRAES 2ª Secretária	Senador IRAJÁ 1º Secretário	Senador ELMANO FÉRRER 2º Secretário	Deputada ROSE MODESTO 3ª Secretária	Senador ROGÉRIO CARVALHO 3º Secretário	Deputada ROSANGELA GOMES 4ª Secretária	Senador WEVERTON 4º Secretário
---	--	--------------------------------	--	--	---	---	-----------------------------------